

## **39º Encontro Anual da Anpocs**

### **SPG22 Sociologia e Antropologia da Moral**

#### **O “morador de Guarus” como categoria moral: Categorizações morais na cidade de Campos dos Goytacazes.**

Renan Lubanco Assis<sup>1</sup>

**Caxambu-MG  
Outubro de 2015**

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf).

## Resumo:

Esta proposta visa uma reflexão acerca das classificações morais constituídas em situações de "copresença" de diferentes moralidades na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ. Os encontros "face a face" de moradores de diferentes áreas da cidade, sobretudo, da margem direita e da margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, possibilitam a emergência de categorias morais que incidem sobre as diferentes localidades e, conseqüentemente, a construção de qualificações morais nas quais os moradores destas localidades são enquadrados. Para a realização desta proposta, conto com uma "abordagem situacionista" do Goffman, que me possibilitará pensar na constituição de diferentes quadros urbanos. Contarei ainda, com a abordagem fenomenológica do Schutz para pensar diferentes "estoques de conhecimentos" disponíveis à mão dos atores. Estas duas abordagens, assim como as da sociologia pragmatista adequadas à realidade brasileira (Alexandre Werneck e Jussara Freire), serão ferramentas para que eu possa problematizar as situações sociais vividas pelos moradores da cidade de Campos dos Goytacazes.

## Apresentação

Para dar início a esta reflexão, gostaria de afirmar de antemão que agimos em uma sociedade classificatória. Este agir se realiza de forma instrumental na ciência, quando o pesquisador necessita da formulação de conceitos e categorias de análise, ou como uma "ação projetada" (SCHUTZ, 2012 [1967]) nas situações de "copresença" (GOFFMAN, 2010[1963]), quando os atores se encontram e classificam o outro a partir do "estoque de conhecimentos" que cada ator terá à mão. A classificação faz emergir as idiosincrasias das "coisas". Neste caso, peculiaridades que as tornam passíveis de diferenciação. Estas, por sua vez, trazem à tona a "situação biográfica" (SCHUTZ, 2008 [1974]; 2012 [1967]), o que pode incidir em uma categorização dotada de um conteúdo moral, que eu chamarei categorização moral.

A noção de "situação biográfica" de Alfred Schutz é tomada aqui como relevante para uma reflexão acerca da categorização moral do outro e de si, ação ancorada no "estoque de conhecimentos" que o ator terá sobre o mundo no qual ele se insere. O "estoque de conhecimentos" irá incidir sobre o modo como ele age em relação ao outro, tomando a biografia deste último como passível de categorização em relação a sua formação biográfica, que por sua vez, é constituída em uma moralidade elaborada no "quadro" (GOFFMAN, 2012 [1974]). O "quadro" é um conceito caro nesta reflexão, pois fornece uma sistematização de um *lugar* no qual as "biografias" serão avaliadas como correspondendo ou não às *expectativas* requeridas nas situações de copresença.

Tomar o situacionismo metodológico goffmaniano, bem como, a fenomenologia de Alfred Schutz, me conduz uma perspectiva pragmática de análise da ação, no caso, uma ação classificatória, na qual a ação é mediada pela classificação do mundo e das

coisas. A ação, nesta proposta, é contemplada como um acionamento de “quadros de referências” que elaboram categorias que ultrapassam as idiosincrasias relacionadas às características objetivas das coisas. Estas são classificadas moralmente, o que incide em um sistema de categorização moral, que não se vincula somente a uma situação na qual a ação em curso, mas ancorada na em um “estoque de conhecimentos”. No decorrer do trabalho buscarei estabelecer uma relação entre as *situações* nas quais os “estoques de conhecimentos” são constituídos, e como estes incidem sobre a elaboração de “quadros de referências” que irão agenciar as categorizações.

Até aqui não tratei a moral em si, mas o processo de categorização moral. No tocante a sociologia da moral, esta tem sido pensada como uma “sociologia da agência” (WERNECK, 2012; 2013), a saber, uma reflexão acerca da avaliação dos atores sobre os as suas ações, bem como, a avaliação moral das ações de outrem, o que está intimamente relacionado ao que Werneck (2009; 2012) denomina “efetivação”. O meu trabalho não está pensando na moral como uma ação em si, mas como um modo de avaliação do outro, ou mesmo, a situação na qual o outro se insere. A “efetivação”, neste caso, será uma ferramenta para pensar na legitimidade da categorização moral.

Como uma categorização se torna efetiva? O que torna uma categoria moral “efetiva” a pondo de esta ser um quadro de referência para qualificar/desqualificar territórios, indivíduos ou mesmo grupos? Como já iniciei acima, a ação situada é possível a partir de um “estoque de conhecimentos” (o que não impossibilita que os atores se sintam livres para reelaborarem as suas biografias), portanto, ao nos depararmos com o *outro* no espaço público, em uma situação de *copresença*, podemos ter acesso aos “símbolos” (GOFFMAN, 1988 [1963]) contendo as informações sociais sobre o portador do mesmo. Estes podem conter elementos que possibilitam a classificação objetiva do *outros* em relação a *nós*. Aqui me importam os símbolos reconhecidos moralmente no espaço público, como por exemplo, o modo de falar, de se vestir, ou mesmo, de se comportar “inadequadamente”. Estes símbolos podem fornecer suporte para que haja uma categorização moral.

Suponhamos que um indivíduo se apresente *mal vestido* em uma festa. Este pode ser classificado, grosso modo, como “pobre”, por se apresentar como alguém de baixo poder aquisitivo para comprar uma roupa “adequada” para a situação. Porém, se este mesmo indivíduo estiver *bem vestido* e apresentar um comportamento considerado

“inadequado”, ele poderá ser categorizado moralmente como “pobre”, ou “emergente” por não corresponder ao *ethos* exigido na situação (ver: GOFFMAN, 2010 [1963]).

Com relação às categorias morais, estas são utilizadas como meio de reprovação/aceitação de comportamentos em “ajuntamentos” sociais. Alguns grupos são categorizados moralmente por morarem em determinados territórios, o que justifica, por exemplo, a utilização do termo “favelado”, que não está necessariamente associado ao morador da favela. O termo se autonomizou transformando-se em uma categoria moral. No entanto, “favelado” pode ser aplicado a alguém que é avaliado moralmente como quem não se “enquadra” na situação.

Em “O índio no mundo dos brancos” Roberto Cardoso de Oliveira (1981 [1964]) apontou a classificação dada a grupos “indígenas” do Alto Solimões, que em contato com os seus, se autodenominavam Tükuna e/ou Marubo, neste caso, a partir de uma noção de “consciência tribal”. Porém, em contato com os “brancos”, recebiam a classificação de “índio”. No caso apontado por Oliveira, a categoria “índio” é eminentemente moral, pois ao generalizar o outro o classificador extrai do primeiro todas as suas idiossincrasias o transportando para um lugar construído no âmbito das categorizações morais, que são quase sempre equivocadas. É a partir deste recorte teórico que conduzirei a minha reflexão acerca da categoria moral “Morador de Guarus”.

Guarus é uma área da cidade de Campos dos Goytacazes-RJ, que já recebeu diversas categorizações administrativas, mas estas não serão abordadas aqui, pois me importa adentrar nas categorizações morais que incidem sobre o lugar, e conseqüentemente, sob os seus moradores. Esta proposta é parte de uma tese de doutoramento que tem como principal objetivo refletir sobre os quadros de referências urbanos tecidos na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ. A cidade, assim como grande parte das cidades brasileiras (FREIRE, 2005; FELTRAN, 2008; MACHADO DA SILVA, 2008), convive com processos de “estigmatização” de moradores do distrito de Guarus é denominado “violento” nas categorias nativas. A partir das experiências vivenciadas pelos moradores de um bairro do distrito, Custodópolis, é possível identificar os principais atritos morais experimentados em situações de copresença.

O encontro face a face faz com que os moradores do lugar acionem constantemente dispositivos de “limpeza moral” (MACHADO, 2008), seja participando de ações de cunho político, ou mesmo oferecendo provas de não ser um “Morador de Guarus” idealizado nas categorizações morais experimentadas na cidade de Campos dos

Goytacazes. A partir de relatos sobre a copresença na cidade que pude evidenciar a substantivação moral decorrente das classificações experimentadas. Neste caso, a moral se torna factível no ato da classificação de si ou do outro. Esta classificação, por sua vez, produz um texto que evidencia a *hermenêutica* do classificador em relação ao classificado, e em relação a si, neste caso, ao categorizar moralmente o outro, há, simultaneamente, uma classificação moral de si.

No tocante ao meu esforço metodológico para viabilizar a realização das minhas observações das situações experimentadas na cidade, este se faz possível pela realização de entrevistas e um trabalho de inspiração etnográfica no bairro de Custodópolis, bem como em bairros vizinhos, como Nova Campos e Santa Rosa.

A princípio, a minha entrada no campo se deu por meio de um contato com uma moradora do bairro de Custodópolis, com quem já tinha uma relação de proximidade antes de minha entrada em campo. Através dessa moradora, que chamarei de Margarete, consegui realizar outras entrevistas com membros de uma escola de Samba do Bairro, além de participar de desfiles da mesma. A escola de samba foi uma entrada significativa, pois pude não apenas coletar relatos, mas presenciar situações rotineiras que me possibilitaram *interpretar* sentidos embutidos nas práticas do *dia a dia*. Práticas estas, que acabavam por tomar novos direcionamentos com a minha presença.

A segunda fase de minha pesquisa, realizada com jovens universitários do bairro, se iniciou *acidentalmente*, ao me deparar com uma moradora do bairro na Universidade Federal Fluminense (que eu chamarei de Caroline). O encontro, e conseqüentemente, uma conversa *informal*, redirecionou a minha trajetória de pesquisa, pois fez com que eu me deparasse com um morador do bairro com uma *mobilidade* urbana maior, uma vez acessar instituições nas quais seus pais não tiveram acesso, fato que acabou incidindo diretamente na categorização moral de si, do bairro e da cidade. Esta situação me conduziu diretamente para o Chick Morelli do “*Street Corner Society*” de Whyte (2005 [1943]). Como destacado por Whyte em uma fala do próprio Chick Morelli (2005 [1943], 76), na universidade a “diferença” foi sentida, pois os italianos eram em menor número em relação aos irlandeses. A segundo ele aponta, a universidade provocou uma “discriminação” não sentida nas fases escolares anteriores. No caso de Caroline, o acesso a uma instituição não acessada pelas gerações anteriores de sua família, interferiu em sua forma de categorizar moralmente o seu lugar, e conseqüentemente, substantivou categorias morais sobre sua localidade.

A partir do que fora apresentado até aqui, buscarei tornar elucidativo o sistema de categorizações morais que incidem sobre a localidade de Guarus construindo a categoria moral “Morador de Guarus”, que nas palavras de Caroline, é equivalente a categoria moral “favelado”, “favelado cafona”, “violento”, entre outras categorias morais emergidas no sistema de categorizações tecidas na instituição na qual ela tem acesso, no caso, a universidade.

Os dois casos citados não são os únicos desta proposta, foram utilizados apenas para tornar inteligíveis os diferentes momentos da pesquisa de campo. Nas situações de campo a categoria “mentalidade daqui” é recorrente, e este aspecto demonstra as novas “biografias” que estão sendo tecidas em contato com outras moralidades urbanas por parte de moradores jovens de Custodópolis/Guarus. E os encontros morais provocam, por sua vez, classificações morais.

“Quem mora na palha é rato”: Limpeza moral de uma humanidade degradada.

A elaboração de categorias morais no espaço público não ocorre em um plano ideal, e sim, a partir dos encontros face a face. Estes são responsáveis pela elaboração e reelaboração de categorias morais. O que vem a ser uma categoria moral? É simples. Uma palavra, cuja enunciação da mesma incide em um processo de qualificação ou desqualificação. As categorias morais são recorridas para avaliar indivíduos, grupos e lugares. Pode-se inclusive, elaborar um mapa moral dos diferentes lugares da cidade. Como surgem as noções de periferia, margem, favela, centro, maloca, cortiço? A partir de categorizações morais dadas por diferentes grupos, e estes, estão disseminados por toda cidade. Todo agrupamento irá estabelecer uma categorização moral de outrem, seja para qualificar, seja desqualificar. “*Eles* são bons”, “*Eles* são ruins”, “*Eles* não são barulhentos”, “*Eles* tem classe”... Definitivamente, não consigo visualizar um agrupamento humano que não recorra a categorias morais para se relacionar com o mundo.

A questão cara é refletir empiricamente nos “estoques de conhecimentos”, e como estes incidem na elaboração dos diversos enquadramentos urbanos. Campos dos Goytacazes, uma cidade média do interior do Estado do Rio de Janeiro, me parece um terreno empírico fértil para compreensão do modo em que as categorias morais são elaboradas. Sobretudo, quando estas se relacionam aos novos grupos que ocuparam o território com a expansão da cidade que ocorreu, sobretudo, no início do século XX. A

partir da construção de pontes e ampliação das ferrovias, o município cresceu em direção ao norte, no caso, para o distrito de Guarus.

Em um recente artigo escrito pelo autor em parceria com Blanc (no prelo), fora feita uma análise dos rituais de interação vivenciados no espaço público da cidade de Campos dos Goytacazes, e estes, em algumas áreas são mediados por pertencimento às “famílias tradicionais” da cidade, cujo enquadramento se dá a partir da resposta a seguinte pergunta: “de qual família você é?” Esta pergunta redireciona o próximo passo da interação. Ser reconhecido como pertencente membro da “sociedade campista” (Cunha, 2007) é se enquadrar em um grupo que em algum momento fora denominado elite. Percebemos no artigo (Blanc e Assis: op. cit.), que este comportamento não é típico da “Sociedade Campista”, pois diferentes agrupamentos estabelecem separação entre os “seus” em relação aos “outros”. Seja através da pertença familiar, por moradia, ou mesmo por estilos de vida. Esta separação é mediada, sobretudo, pelas categorias morais. Estas demarcam “nós” e “eles”.

Com relação a cidade de Campos dos Goytacazes, a chegada de novos moradores da área rural do município para a área urbana, neste caso, a margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, possibilitou o surgimento de uma gama de categorias morais de enquadramento da região, e conseqüentemente, de seus moradores. No tocante ao bairro selecionado para a realização de minha análise, este surgiu aproximadamente na década de 1920, e recebeu o nome de Cidade de Palha, que não foi enquadrado por alguns de seus moradores, bem como, moradores da margem direita do Rio Paraíba do Sul, como uma nomeação desprovida de sentidos. Morar na “Cidade de Palha”, para um entrevistado que se mudou para um bairro vizinho nos anos 1960, era uma categoria moral de desqualificação, pois em uma situação relatada por ele, quando estava desembarcando do ônibus na Praça São Salvador, na margem direita da cidade, fora chamado de “rato” por morar na Cidade de Palha.

E associou tal categorização recebida ao sentimento de vergonha. Vergonha ao descer de um ônibus que identificava o seu lugar de moradia. Esta experiência é passível de ser compreendida como um enquadramento do “morador da cidade de palha” em um “regime de desumanização” (Freire, 2013; 2015), no qual a humanidade é degradada em relação aos demais moradores da cidade. Uma questão a ser considerada na situação descrita, é que nome do bairro já havia sido mudado para Custodópolis há, aproximadamente, 15 anos antes da chegada do morador que relatou este evento. A

mudança administrativa do nome do bairro não se sobrepôs a categorização moral. O morador em questão, juntamente com demais comerciantes do bairro, fizeram reuniões na localidade e apresentaram uma proposta de “mudança” definitiva ao prefeito de então.

A mudança de nome “Cidade de Palha” para Custodópolis foi um dispositivo de “limpeza moral<sup>2</sup>”, pois “morar na palha” degradava a humanidade de seus moradores. Este evento fora relatado por um ex de Ponta Grossa dos Fidalgos, distrito situado na área rural de Campos dos Goytacazes. Antes de se mudar para o bairro, morou próximo a área central de aluguel. Chegou ao bairro em 1961, após ter comprado um terreno, que segundo ele, era barato.

A sua ida para o bairro não soava bem para os seus pares da margem direita do Rio Paraíba do Sul, pois “falavam que aqui só tinha ladrão”. Ele de modo jocoso, afirmou que “tinha é muita assombração pelos matos”. Ao fazer este relato evidencia a baixa densidade populacional no lugar, que possuía muitos terrenos baldios. Em Custodópolis ele possuía uma sapataria, mas não morava no bairro, e sim em um bairro vizinho, que segundo ele, recebeu luz elétrica em 1970, nove anos após ser loteado.

Viver na Cidade de Palha era ser enquadrado em um bairro, cuja biografia fora elaborada por moradores oriundos da área rural do município, bem como, por negros pós-abolição. Os primeiros moradores construíram casas de telhados de tabua, pau a pique e barro, o que nomeou a localidade. Para os moradores que chegaram em outro momento, quando o bairro já estava com casas de alvenaria, Cidade de Palha era uma categoria moral de desqualificação, pois os associava ao bairro em um momento mais precário. Os entrevistados me descrevem, de modo categórico, que a mudança de nome tinha por objetivo “valorizar” o bairro, que deveria ser o “centro de Guarus”.

A fala de Seu Manoel, bem como, de outros interlocutores, não evidencia atritos morais no bairro entre os moradores, mas sim, em relação aos moradores da margem direita do Rio Paraíba do Sul. A copresença com estes moradores potencializava uma demarcação moral entre os “moradores da Cidade de Palha” e os “moradores de Campos”. Apesar de compartilharem do mesmo código postal, compartilhavam

---

<sup>2</sup> Luiz Antônio Machado da Silva (2008, p. 23), elaborou o conceito em uma situação na qual, moradores de favelas constantemente deveriam oferecer provas de não serem associados a atividades ilícitas. Neste caso, as situações de copresença vivenciadas na cidade necessitavam de uma série de dispositivos de limpeza moral. No caso abordado, não se trata de uma “favela”, mas um bairro, cuja relação de copresença com a cidade é medida por categorias morais de desqualificação.



diferentes códigos morais. O sentimento de vergonha por pertencer a um bairro era reflexo de experiências constantes de desqualificação na cidade.

Roberto Cardoso de Oliveira, ao relatar as experiências dos “índios no mundo dos brancos”, que eu traduziria como copresença entre “índios” e “brancos”, destaca situações nas quais os “índios” são desqualificados por uma pertença étnica, que não é o meu caso, pois Seu Manoel, por exemplo, é descendente de português, e segundo ele, seu tio “tomava conta de escravo”. Neste caso, um branco, assim como os demais moradores da cidade. A sua humanidade era degradada pelo fato de ser identificado na cidade como morador de um bairro, cujo nome é convertido em “categoria moral” de desqualificação dos seus respectivos moradores. Neste caso, a humanidade do morador é questionada, o que exige dele provas de não ser um “rato”, neste caso, ser indesejado na cidade.

“Lá é Guarus, aqui é o que... é Campos?”: Categorias de enquadramentos da margem esquerda do Rio Paraíba do Sul.

Carolina: Eu trabalhava no pré-vestibular daqui, da [UNI<sup>3</sup>] né?, e era bolsista, e nenhum dos sessenta alunos que foram classificados... nenhum era de Custodópolis, mas tinham dois de Guarus, só dois de Guarus! Ihhh... uma vez rolou um comentário, é... de... falando de gente favelada, falando de gente cafona favelada, aí um comentando pro outro assim: ‘ihhh... isso tá parecendo coisa de Guarus’. Coloca-se como se o outro lado da ponte fosse uma coisa só! Lá é Guarus, aqui é o que, é Campos... do lado de cá é Campos, do lado de lá é Guarus? E coloca como se todo mundo fosse uma coisa só.

(Entrevista realizada no dia 12/11/2014 na UNI, em Campos dos Goytacazes)

O trecho utilizado no início deste tópico é parte de uma entrevista realizada no ano de 2014, quando a entrevistada, uma jovem de 30 anos, cursava o 9º período de Serviço Social na Uni. Antes de entrar na universidade pública, ela iniciou três outros cursos, mas não deu continuidade. Em 2004, com 20 anos, iniciou a Graduação em Fisioterapia na Estácio de Sá, mas não teve condições de “bancá-lo”, pois “dependia do pai”. Em 2005, ela iniciou o curso de Tecnólogo em Gestão de Indústria, Petróleo e Gás na mesma universidade. Cursou dois períodos e “decidiu parar”, pois “não era o que queria também”. Em 2009, iniciou o curso de Letras, mas “foi induzida” pelo namorado

---

<sup>3</sup> Trata-se de uma instituição pública, mas para garantir o anonimato da minha entrevistada, fiz alterações do nome da universidade.

(atual marido) a “tentar uma pública”, e acabou realizando o pré-vestibular e passou para o Curso de Serviço Social.

No tocante a sua trajetória profissional, “trabalhou no comércio desde os 15 anos de idade”. Iniciou em uma “loja de R\$ 1,99 do tio”, no bairro de Custodópolis, e aos 19 anos, assinou a carteira como comerciária, porém no “centro”. Em 2007, trabalhou como secretária de um curso preparatório, e durante o período da universidade (Uni) “montou” uma loja de roupas em Custodópolis. “Por motivos financeiros”, fechou a loja, e em 2013, iniciou em um “estágio remunerado” na Uni, onde trabalhou durante um ano, até ser convocada para o concurso público para inspetora de alunos na rede pública estadual, onde trabalha atualmente “até passar em um” de sua área de atuação, no caso, Serviço Social.

A trajetória de Caroline não é a mesma de seus pais, que migraram do interior da cidade para o bairro de Custodópolis no final dos anos 1950. Sua mãe, de acordo com as suas declarações, atuou como “do lar”, categoria nativa para descrever a atuação de “dona de casa”, aquela que não exerce atividade para além dos afazeres domésticos. Seu pai trabalhou em empresa de ônibus, como motorista, e aos 18 anos, foi para o Rio de Janeiro para “ajudar a construir a Ponte Rio-Niterói”. Retornando para Campos, “entrou” para a polícia militar. Os pais de Caroline, eram filhos de lavradores que trabalhavam no corte da cana.

Caroline, diferente de seus pais e avós, teve acesso a uma universidade pública. Nesta instituição ela se deparou com outros enquadramentos de sua localidade. Refazer a trajetória familiar e ocupacional de Caroline é relevante para que possamos estabelecer uma relação entre o seu “estoque de conhecimento” em conflito o de alguns moradores do que ela denomina “do lado de cá”<sup>4</sup>. Ela faz uma série de queixas dos enquadramentos dados ao seu local de moradia, e como este é constantemente categorizado moralmente como um local dos “favelados”, “cafonas”, e em outras situações: “violentos”.

Ao colocarem uma discussão em sala de aula sobre “tipos” sociais indesejados nos repertórios dos alunos do pré-vestibular da Uni, Guarus é mobilizado como o lugar onde estes “tipos” estão presentes, pois “é coisa de Guarus”. Estas classificações proferidas, fez com que ela, imediatamente, sentisse um estranhamento, pois em seu

---

<sup>4</sup> Quando ela utiliza “lado de cá”, se refere a margem direita do Rio Paraíba do Sul, pois a entrevista foi realizada na Uni, que está situada na referida margem.

estoque de conhecimentos sobre Guarus estas situações não são passíveis de generalização, como ocorreu na situação.

A crítica mobilizada por ela foi mobilizar os diferentes enquadramentos possíveis “do lado de lá”. No quadro de referência mobilizado pelos alunos do pré-vestibular, os moradores de Guarus seriam categorizados moralmente como portadores dos atributos que os desqualificam em relação aos moradores de “Campos”, neste caso, seria o “lado de cá”. Quando menciono Guarus, não estou falando de outro município, muito menos, de imigrantes Italianos, como na Chicago do início do séc. XX. Refiro-me aos migrantes da área rural que, a partir de um processo de expansão da área urbana no final do séc. XIX, e durante todo século XX, redefiniram a cidade de Campos dos Goytacazes.

A redefinição não ocorreu apenas no que toca a densidade demográfica, mas ainda, moral. Novos grupos, ao chegarem na cidade, se ocuparam de profissões urbanas ou ainda rurais, que exigiam pouca qualificação. Na medida em que esses grupos foram sendo incorporados na cidade, se beneficiando de recursos disponíveis para os “dois lados” da cidade, situações de copresença potencializaram a elaboração de novos enquadramentos dos novos moradores em relação aos “tradicionais”. A recepção não foi cordial, pois o relato de Seu Manoel evidenciou o modo em que os novos moradores da área urbana foram desumanizados em relação aos “tradicionais”.

Caroline se deparou com as seguintes categorias que lhe foram imputadas: “favelado” e “favelado cafona”. Ela não se sentiu enquadrada na situação, pois não correspondia às categorias mobilizadas. O seu desconforto evidenciou uma tensão entre diferentes moralidades. Havia três alunos moradores de Guarus no pré-vestibular, e mesmo assim não houve constrangimento por parte dos que levantaram os comentários jocosos. Na situação em que ocorreu o evento, os moradores de Guarus, assim como ela, secretária do pré-vestibular, estavam em outro enquadramento urbano, diante de diferentes estoques de conhecimentos acerca da cidade. As categorias foram proferidas por moradores da margem direita do Rio Paraíba do Sul. Estes, obviamente, não precisavam ponderar antes de proferir tal comentário, pois era “efetivado” na situação. Este fato sinaliza para diferentes enquadramentos cognitivos nos quais a cidade é constituída.

As categorias morais utilizadas para classificar Guarus se autonomizaram de seus conteúdos, sendo mobilizadas em situações de desqualificação de lugares, indivíduos ou grupos. “Favelado” e “favelado cafona” tornam-se categorias que podem ser utilizadas

para qualificar práticas. “Favelado” passa a deixar de ser simplesmente sinônimo de morar em uma “favela” para se tornar uma desqualificação de comportamentos. “Cafona” seria o comportamento, mas para que este possa ser categorizado como tal, necessita de uma interação entre o “cafona” e o “não cafona”, aqueles com “estilo”. Os “cafonas” moram do “outro lado do rio”, *nós* possuímos estilo.

Os comentários mobilizados pelos alunos fez com que houvesse um reconhecimento em parte das categorias utilizadas. Quando ela relata em tom de desconforto, a situação vivenciada faz uma crítica a generalização utilizada. “Colocar todo mundo como se fosse uma coisa só”, é equivaler o todo as partes, e as partes ao todo. Ela não se reconhece nas categorias mobilizadas, mas não nega a existência das mesmas. Assim como os “do lado de cá” mobilizam categorias de desqualificação dos moradores “do lado de lá”, estes últimos também possuem os seus “favelados cafonas”. Não estou aqui recorrendo a uma discussão desconhecida, pois tratar um território como homogêneo não faz parte da agenda científica faz tempo. Para a ciência este fato já foi resolvido, mas em algumas situações de copresença na cidade de Campos dos Goytacazes, o distrito de Guarus é generalizado como o lugar dos “favelados cafonas”.

A diferenciação reclamada por Caroline é decorrente de seu enquadramento no distrito. Ela faz duas queixas: a falta de um quantitativo de moradores de Guarus, e o tratamento de Guarus como “uma coisa só”. Com relação a ausência de alunos de Guarus no vestibular, ela lamenta como fazendo parte de um todo. Ela se enquadra como moradora de Guarus aos lamentar a ausência de alunos de Guarus. No momento em que o morador de Guarus é passível de categorias morais de desqualificação, ela se coloca como uma parte, não equivalente ao todo. Ela compartilha dos enquadramentos construídos em uma interação no distrito, o que faz com que ela mobilize diferentes recursos em defesa do lugar em que seu “estoque de conhecimentos” fora construído. Em um momento, ela pensa que deveria ter mais alunos no curso, e em uma situação de desqualificação, ela se coloca como alguém que não compartilha dos mesmos estoques de conhecimentos daqueles que estavam presentes no momento em que Guarus categorizado moralmente como desqualificado.

Os enquadramentos mobilizados por ela, assim como, pelos que estavam na sala, separou a cidade em duas: Campos e Guarus. Para compreensão desta separação eu mobilizarei a relação entre o “branco civilizado” e o “índio” *tükuna*, presente no trabalho exemplar de Roberto Cardoso de Oliveira (1981[1964]). O trabalho aborda questões de

cunho étnico, pois a situação na qual o mesmo fora construído, a etnia era mobilizada como recurso de diferenciação dos diferentes grupos.

Os Tükuna do Alto Solimões recebiam categorizações morais de desqualificação pela pertença étnica. A categoria corrente era “caboclo”, que poderia ser mobilizada em contraste com a sociedade “branca civilizada”. Com relação a Custodópolis e Guarus, estamos diante de categorias que emergem a partir de enquadramentos elaborados em situações de copresença entre os antigos e os novos moradores da cidade. Pelo menos, os enquadrados como tais.

A categoria “favelado”, mobilizada na situação descrita por Caroline, emergiu de uma situação específica, vide o trabalho de Valadares (2005). A categoria moral qualificava o “mundo rural na cidade” (op. cit. 22), cujos principais protagonistas eram os migrantes da área rural. Os enquadramentos são constituídos na medida em que as diferentes biografias se encontram na cidade. O contato postula categorias de morais para ambos lados do Rio Paraíba do Sul. Na margem direita estão os “de Campos”, cidadãos e com estilo, enquanto na margem esquerda, os “favelados cafonas”.

A questão que causou incômodo em Caroline foi justamente a generalização. Obviamente que estes conflitos acabam por construir estes tipos de enquadramentos, como o caso dos Tükuna, cuja “consciência tribal” sucumbia à condição de “índios” ou “caboclos”, quando em contato com os “brancos civilizados”, que era outro tipo de generalização. Caroline, a se ver sucumbida à Guarus, se sentiu moralmente desqualificada, pois “todo mundo não é uma coisa só”. Ela se percebeu como uma não igual aos demais.

“Minha vida total era lá”: biografia fora do quadro.

No segundo ano eu fui para a parte de... de manhã, que já é mais parecido com a parte... em questão de idade. É mais parecido com a parte de lá, mas a questão social é totalmente diferente. O que eu tinha lá, por exemplo: minha vida total era lá. Lá no centro. Aí eu vim pra cá pro ensino médio aqui... a vida deles aqui é totalmente aqui. Eles só saem daqui para ir trabalhar. Porque a mentalidade deles é nascer aqui, educar aqui, repro... procriar aqui, e morrer aqui. A mentalidade de muita gente ali é assim. E já lá não: lá a mentalidade é: não é... eu cresci aqui, eu vou estudar, eu vou fazer um intercâmbio, vou fazer faculdade fora, não vou ficar aqui em Campos. E a realidade daqui é totalmente diferente. Eles não tem nem mentalidade de faculdade, nem técnico. É difícil você ouvir alguém falar: ‘ah eu vou fazer um técnico, uma faculdade’. Faculdade quase nunca, técnico é mais fácil. Quando eu falava que ia fazer faculdade o pessoal... ‘para [Bruna], faz um técnico. Você quer fazer faculdade de quê?’ Engenharia. ‘nada, faz um técnico,

cê vai arranjar emprego mais rápido.’ Não gente, eu quero fazer faculdade, eu vou fazer faculdade! E eles diziam assim: Nossa! Eu era totalmente um avesso ao mundo deles. Já lá não, eles já pensam em fazer faculdade fora. Tanto que quando eu fui fazer o primeiro Enem da minha vida, eu passei para Juiz de Fora [UFJF], e falei: Mãe, eu vou para Juiz de Fora! ‘Não, cê não vai não, cê vai ficar aqui’. Porque? A mentalidade é a mesma deles daqui. É a mesma deles. Por quê? Nasceu e foi criada aqui. A mentalidade... dela e do meu pai era a mesma coisa. Não... se você quiser fazer faculdade, nem que eu tenha que pagar particular, mas você vai fazer aqui. Em Juiz de Fora, era pública, que eu queria, era engenharia, que eu queria, era tudo o que eu queria. Não você não tem mentalidade para ir para outra cidade não. O meu ninho é debaixo de minhas asas... essa é a mentalidade daqui. Já lá não, lá era outra mentalidade. Minha irmã me incentivava: ‘vai mesmo’. Por quê? Também teve essa criação de lá. Minha irmã fez odonto também, com muitos riquinhos, essas coisas... também tinha essa mentalidade de lá. Já aqui não.

(Trecho da entrevista realizada em Custodópolis no dia 24 de janeiro de 2015.)

O longo trecho destacado acima é parte de uma entrevista realizada com uma jovem universitária e neta de dois antigos capatazes que “tomavam conta” das Terras de Custódio, onde está situado o bairro de Custodópolis hoje. Os avós, assim como os de Caroline, eram “da roça”. Trabalhavam ora na lavoura, ora negociantes viajantes. Ao se estabelecerem no bairro, antes da família de Caroline e de Seu Manoel, se tornaram comerciantes locais. Os dois avós possuíram, por algum tempo, “ônibus de turma”, cuja função era transportar cortadores de cana para a lavoura. Sua mãe nasceu de parteira no bairro, na “casinha” onde moravam, e não estudou, pois além do pai a impedir, não possuía certidão de nascimento, o que se tornava um empecilho para se matricular em uma instituição de ensino. O pai de Bruna, por um tempo trabalhou com o seu avô, mas não deu continuidade. Ele passou a fazer viagens para o Rio de Janeiro para comprar carro e vender em Campos, pois conseguia comprar por um preço menor e obter lucro com a venda.

Apesar dessa trajetória familiar de “antigos moradores do bairro” a biografia de Bruna, assim como a de sua irmã, foi elaborada “fora do bairro”. Elas estudaram em escolas na margem direita, local que Bruna categoriza como “centro”, e construíram um estoque de conhecimentos neste “centro”. Como esta formação biográfica opera na ação de Bruna no bairro? No decorrer da entrevista eu fiquei curioso com a expressão “mentalidade daqui” e “mentalidade de lá”. Ela, diferente de Caroline, se coloca do lado de lá.

É importante definir a situação para além da entrevista, e do trecho selecionado. Bruna estudou no bairro apenas no maternal, e teve toda sua trajetória escolar no “centro”. Em um dado momento, para realização do Enem, e por razões corretivas, segundo a sua mãe, ela fora matriculada em uma escola pública do bairro no segundo ano do Ensino Médio, onde experimentou as “mentalidades daqui”. Ao descrever os diferentes enquadramentos do bairro, relata conflitos morais vivenciadas na escola e na igreja. Além de estudar no “centro”, era integrante de uma Igreja Presbiteriana do mesmo. Até então a sua “vida era toda do lado de lá”, neste caso, amigos da escola e da igreja.

Retornar ao bairro lhe colocou em novas situações, pois apesar de ter sido “nascido” no bairro, não foi “criada”. Ela sempre morou com os seus pais no bairro, mas não tinha uma circulação, portanto, o seu estoque de conhecimento lhe possibilitou mobilizar outros quadros de referências, que não eram os mesmos mobilizados pelo “mundo” de seus novos pares. A entrevista é bem longa e eu tenho muitos trechos que elucidam o desconforto vivenciado por ela em diversas experiências. Importa aqui o modo como ela se enquadrou no “centro”. Inclusive, a “mentalidade” descrita por ela dos jovens do centro, se assemelha aos “campistas desviantes” descritos no trabalho de Costa e Freire (2015, p. 14). Os campistas desviantes são aqueles que tem uma perspectiva de sair da cidade para “estudar fora”, não são “condicionados”. Neste caso, jovens cosmopolitas.

No bairro de Custodópolis, há uma série de categorias de jovens que eu acabei por identificar no trabalho de campo, bem como, através de experiências no bairro para além do trabalho de campo. Bruna se enquadra na categoria “da casa para o colégio”, “da casa para a igreja”. Esta categoria social diz respeito ao jovem que não “fica em esquina” de “papo furado”. A circulação no bairro se limita entre a casa e estas instituições mencionadas, mas é óbvio que existem atividades para além das atividades mencionadas. Usar estas categorias é construir uma “reputação” de um jovem que não se envolve em atividades tidas como “desviantes” no bairro. É comportar-se como um jovem “de boa família”. Estas biografias são construídas em uma interação estabelecida com os demais moradores do bairro. Logo, se há uma “interação intensa” com os demais moradores, haverá uma atuação situada.

A atuação de Bruna redefine a situação, quando em contato com moradores do bairro. Durante toda a entrevista ela menciona o estranhamento inerente a copresença no

bairro, mesmo quando com jovens de sua faixa etária. A sua “interação intensa” até momento de seu retorno ao bairro, era estabelecida com moradores na margem direita do Rio Paraíba do Sul. Atuar no bairro é atuar fora de quadro, pois a sua biografia foi constituída fora dele. Os seus quadros de referências passaram a ser os do centro, logo o conflito, inclusive, na sua família, que foi “nascida e criada” no bairro. A junção destas duas palavras se refere ao lugar em que o ator acumula as suas experiências. Estas, por sua vez, irão ser determinantes o seu agenciamento. A sua irmã, que fora “criada” lá, compartilha do seu enquadramento cognitivo.

Assim como a sua irmã, Bruna não acumulou experiências suficientemente significativas no bairro, para que pudesse estabelecer uma relação de pertencimento como os seus pais e amigos. Sair do bairro é uma questão importante para Bruna, pois não se acomoda aos enquadramentos elaborados neste. As experiências acumuladas a levaram questionar os enquadramentos locais.

Ao questionar os enquadramentos locais, ela situa o “morador do bairro” como não tendo a “mentalidade de faculdade”. Ao abordar esta expressão poderemos retomar a discussão inicial do artigo. Quem é o morador de Guarus? Em um primeiro momento, atravessar a ponte colocava o morador da margem esquerda em uma situação de humanidade degradada. Na situação descrita por Caroline, o morador de Guarus é “favelado cafona”, portanto, desqualificado diante do “morador de Campos”. Na construção de Bruna, não há uma “mentalidade de faculdade” no bairro. O morador do bairro é classificado como portador de uma mentalidade fora de quadro, se comparado ao morador do centro. Esta dimensão, assim como as demais entrevistas - que não podem ser colocadas em um único artigo -, me conduz para reflexão da categoria moral “morador de Guarus”.

### Morador de Guarus: categorização moral do “outro lado”.

A princípio, quando estava buscando um delineamento do objeto, fiz a escolha por um único bairro: Custodópolis, pois importava mais uma análise das situações de copresença com moradores dos demais bairros da margem direita do Rio Paraíba do Sul, do que uma análise quantitativa que fosse capaz de mensurar níveis de segregação, desigualdade, ou temas relacionados a estas agendas. Ir para Custodópolis me permitiu



compreender a elaboração e reelaboração de enquadramentos cognitivos a partir da interação entre moradores de uma mesma cidade, porém, com diferentes estoques de conhecimentos. A pergunta que sempre ouvi, durante toda a elaboração do trabalho foi: “como estudar Guarus em Custodópolis”? A resposta a pergunta foi dada pelos meus dados empíricos. Custodópolis, assim como os demais bairros do distrito de Guarus, em diferentes graus sucumbem a Guarus. Ao tentar responder uma pergunta formulada por mim sobre o bairro, os meus interlocutores, sem perceberem, começam a se referir a Guarus. E não vou negar, que em alguns momentos, também me pego perguntando sobre Guarus.

Pois bem. Custodópolis e Guarus não podem ser tomados como sendo um único lugar, mas em situações de copresença, sobretudo na margem direita do Rio Paraíba do Sul, os moradores do bairro de Custodópolis passam por “moradores de Guarus”. Assim acontece com os bairros da margem direita também, como já destaquei, mas eu vou me ater a Guarus apenas. Como destacado por Caroline, morar em Guarus é equivalente a comportar-se de um determinado modo, que obviamente, é inadequado para alguns moradores da margem direita. Portanto, ser “morador de Guarus” não se restringe apenas a posse de um endereço postal na cidade de Campos dos Goytacazes, é possuir um comportamento inadequado, quando o quadro de referência é elaborado a partir do estoque de conhecimentos do morador da margem direita.

Quais são as implicações reais da elaboração da categoria moral “morador de Guarus”? Demarcar moralmente os bairros de Campos. Estabelecer demarcações morais entre *nós* e *eles*. Estas demarcações, por sua vez, incidem em conflitos morais em situações de copresença, nas quais o “morador de Guarus” percebe a sua biografia categorizada moralmente como desqualificada. Ele se torna aquilo que o morador na cidade não deve ser. Sua “mentalidade” não é “efetiva” na cidade. Atravessar a ponte passa ser uma exigência para ser incorporado à biografia da mesma.

Deste modo, temos o “morador de Guarus” como uma categorização moral de desqualificação. “Coisa de Guarus” é agir de modo inadequado. Não é novidade que uma categoria seja mobilizada para classificar o comportamento inaceitável, sobretudo, na vida urbana, pois tivemos, e ainda temos, a experiência com a elaboração da categoria “favelado” - não me refiro a mobilização da categoria como objeto de análise, mas em situações de copresença -. O que é ser favelado? É morar em “aglomerados subnormais”? Definitivamente, não. Aglomerado subnormal é uma descrição técnica de um tipo

específico de ocupação. A favela é uma categorização moral de territórios contíguos às cidades, sobretudo, cariocas. Esta categorização, portanto, cristaliza uma biografia desqualificada, o favelado.

A categoria “favelado” é passível de comparação com a do “morador de Guarus”, pois tem em comum a imputação de uma categorização moral pelo local de moradia. Para ambos os casos, a copresença na cidade é vivenciada por uma série de conflitos morais e a elaboração de uma série de dispositivos esquivarem-se de uma interação que evidencie o local de moradia. Birmam (2008), em sua abordagem acerca das categorias “favela” e “comunidade”, descreve situações vivenciadas por “moradores de favelas” da cidade do Rio de Janeiro, nas quais, a imputação da “categoria” favela “tipifica” o “lugar da incivilidade, da barbárie, da morte associada ao tráfico de drogas” (op. cit., p. 113), enfim, o “tipo” que a “cidade maravilhosa” não pretende acrescentar em sua biografia, a menos em seu formato caricatural. A categoria “comunidade” é mobilizada eufemisticamente para evitar trazer à tona uma “ferida”, que seria o uso da categoria favela. A busca por uma nova categoria de nomeação de uma localidade evidencia que a corrente não corresponde ao “mundo vivido”.

Em uma discussão emblemática sobre a relação de copresença entre moradores do município do Rio de Janeiro e do município de Nova Iguaçu, Freire (2005, p. 97) cita um trecho da fala de um interlocutor, na qual ele recorre a duas categorias morais para classificar a si e os moradores da zona sul do Rio de Janeiro: “o povo da baixada fluminense” e o “carioca”. Ele fez menção ao “carioca” expresso na música da cantora Adriana Calcanhoto, como um tipo descolado, moderno, discreto, enfim, um quadro de referência a ser incorporado na biografia da cidade. Em contrapartida, há menção ao “povo da baixada”, que inclusive, é categorizado pelo interlocutor como *fodido*, uma categoria moral de desqualificação que situa a biografia deste morador fora de quadro, quando o referencial é o “carioca”, morador da “cidade maravilhosa”.

As categorizações, assim como os exemplos mobilizados até aqui, me possibilitam pensar no modo em que as categorias morais são elaboradas no espaço público, sobretudo, das cidades. Não estamos falando de aspectos físicos, étnicos e raciais - por mais que em alguns momentos eles possam ser mobilizados -, estamos tratando das categorias morais que emergem em situações de copresença entre moradores de diferentes bairros de uma mesma cidade, ou regiões, como no caso de Freire (2005).

As categorias se concretizam no espaço público da cidade a partir dos efeitos produzidos por elas.

Seu Manoel e outros comerciantes fizeram um “movimento de mudança de nome”. O papel principal desse “movimento” foi realizar uma “limpeza moral” dos moradores do bairro, pois não queriam mais ser enquadrados como “ratos”, e sim, como iguais na cidade.

Caroline, em tom de indignação, declarou, que sempre que fala o seu endereço, necessita de oferecer “explicações” de que lugar não é como “pintam”. Em uma das situações, uma amiga lhe perguntou se as “pessoas não pegam seu carro” quando está chegando a casa. Ao mencionar seu lugar de moradia, há sempre uma sensação de desconfiança e ao mesmo tempo, curiosidade, como se estivessem diante do exótico da cidade. É uma situação na qual ela necessita se provar a todo tempo, pois não é reconhecida como igual, em copresença dos moradores “do lado de lá”. Não chega ao ponto de ser comparada a “rato”, mas passível de ser enquadrada como sem civilidade, desqualificada profissionalmente, “parente de bandido”, entre outros enquadramentos possíveis.

Bruna tem uma biografia demarcada por conflitos morais em copresença com moradores do bairro em que nasceu, e com membros de sua família. Ela é moradora do bairro, mas não foi criada no mesmo. No entanto, sente-se enquadrada no “centro”. Até a sua vinda para pó bairro para estudar em uma escola do mesmo, os seus quadros de referências correspondiam a estoques construídos no “centro”.

As situações descritas possibilitam pensar na formação de categorias morais, e como estas implicam em processos contínuos de redefinição das situações sociais experimentadas na cidade. O morador de Guarus, em relação de copresença no espaço público com os demais moradores da cidade, seja na “Praça São Salvador”, seja “do lado de lá”, ou no “centro”, vivencia experiências que exige dele uma série de provas de não corresponder a “categorização moral” “morador de Guarus”.

## Considerações finais

Para finalizar esta discussão, gostaria de retomar brevemente as reflexões acerca do enquadramento da parte no todo como uma ferramenta mobilizada no mundo da vida

para fins de elaboração de categorias morais de qualificação. Esta discussão, se não refinada, poderá nos conduzir a construção de binarismos, uma tendência que tem sido amplamente combatida nas ciências sociais. Uma leitura não aplicada poderá compreender a categoria “morador de Guarus” como uma oposição ao “lado de lá”. Este não é o propósito do trabalho.

A questão é pensar não no *ser* “morador de Guarus” como em oposição ao algo, mas como esta categoria passa a existir em situações de copresença na cidade de Campos dos Goytacazes. Como mencionado acima, Blanc e Assis (no prelo) desenvolveram um trabalho intitulado “De qual família você é? Cidades de médio e pequeno porte e rituais de interação”, cuja discussão gravita em torno da pertença familiar como um referencial de “reputação” pública. Pertencer a uma família com uma ampla reputação é ser reconhecido como igual em situações de copresença no espaço público. Este fato não ocorre se o ator em copresença é “morador de Guarus”, pois é enquadrado como alguém que não possui um sobrenome, cuja reputação é pública.

As famílias portadoras de biografias passíveis de uma reputação efetivada na cidade, estão distribuídas em bairros situados na margem direita do Rio Paraíba do Sul. A biografia destas famílias incidiu na qualificação do espaço ocupado. Guarus, situado na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, em sua fase inicial, foi habitado por grupos indígenas, ex-escravos e pequenos produtores rurais. Estes eram “moradores de Guarus”, não da cidade de Campos. A relação destes com a cidade era uma relação de oferta de serviços.

Na medida em que os moradores de bairros de Guarus começar a estabelecer uma interação mais intensa com moradores de bairros da margem direita, classificações emergem, e estas enquadram o que seria um “morador de Guarus”. Não possuir características moralmente desqualificadas e ser morador de Guarus é contraproducente. A categorização ocorre no momento em que o “Morador do lado de lá” faz o seguinte comentário após um morador de Guarus identificar seu lugar de moradia: “Nem parece!” O que seria não parecer um “morador de Guarus”? Estar na faculdade é não parecer um “morador de Guarus”.

Um quadro, no sentido em que ele está sendo tratado aqui, possui signos. Estes signos transmitem símbolos que irão dividir mundo social em categorias de pessoas (Goffman, 1951, p. 294). Como os signos identificam o morador de Guarus na cena? O signo que identifica a “categoria moral” “morador de Guarus” surge quando ele é

ausente. Como assim? Quando o “morador do outro lado” se vê conversando com um igual, não espera que este seja “morador de Guarus”, pois não fornece os signos que um “morador de Guarus” deveria portar. Caroline me relatou uma série de situações em que ela buscou evitar falar sobre o local de moradia. No momento em que ela identificava como “moradora de Guarus” a situação era redefinida. “Como você pode morar em Guarus?” “Você não tem nada a ver com Guarus?” Situações como estas emergem em situações nas quais a relação com o “outro lado” é mais intensa.

### Referências Bibliográficas:

**BIRMAN**, Patrícia. *Favela é comunidade?* In: Machado da Silva, Luís Antônio (org.) Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008.

**BLANC**, Manuela Vieira & **ASSIS**, Renan Lubanco (no prelo) “*De qual família você é?*” Cidades de médio e pequeno porte e rituais de interação. In: DA SILVA, Luiz Antonio Machado; NOEL, Gabriel Davi; FREIRE, Jussara; BERMUDEZ, Natalia (Orgs.) *Moralidades em cidades da periferia*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Garamond.

**CUNHA**, Juliana Blasi. *Atafona: formas de sociabilidade em um balneário na região norte-fluminense*. Niterói – RJ: Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, ICHF-UFF, 2007.

**FREIRE**, Jussara. (2005). *Sensos do justo e problemas públicos em Nova Iguaçu*. Tese de doutorado, IUPERJ, mimeo.

\_\_\_\_\_. (2010). *Agir no regime de desumanização: esboço de um modelo para análise da sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro*. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 3, n. 10, p. 119-142, out/nov/dez.

\_\_\_\_\_. (2014). Violência urbana e cidadania na cidade do Rio de Janeiro: tensões e disputas em torno das justas atribuições do Estado. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 7, n. 1, p. 73-94.

**GOFFMAN**, Erwing.(1951), *Symbols of class status*. *The British Journal of Sociology*, 2: 294-304.

\_\_\_\_\_.(1988 [1963]). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC Editora.

\_\_\_\_\_. (2010 [1963]). *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes.

\_\_\_\_\_. (2012 [1974]). *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

**MACHADO DA SILVA**, Luiz Antonio (Org.). (2008). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Novas Fronteiras S/A.

**CARDOSO DE OLIVEIRA**, Roberto. (1981 [1964]). *O índio e o mundo dos brancos*. Brasília: Editora da UnB

**SCHUTZ**, Alfred. (2012 [1967]). *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Vozes.

\_\_\_\_\_. (2008 [ 1974]) *El problema de la realidad social*. Buenos Aires: Amorrortu.

**WERNECK**, Alexandre. (2009). *Moralidade de bolso: A 'manualização' do ato de dar uma desculpa como índice da negociação da noção de 'bem' nas relações sociais*. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Vol. 2, n. 3.

\_\_\_\_\_. (2012). *De Adão ao Bom Ladrão: Uma sociologia pragmatista da moral ampliada por uma perspectiva pluralista de bem inspirada pela desculpa*. In: *A desculpa: As circunstâncias e a moral das relações sociais*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. (2013). *Sociologia da moral como sociologia da agência*. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 12, n. 36, pp. 704-718, Dezembro.

**WHYTE**, William Foote. (2005 [1943]). *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 390pp.